

Carolina Falcão

Universidade Federal Rural
de Pernambuco - UFRPE

E-mail: carolina.falcao@ufrpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7963-8722>



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

O que Podem Anne Frank, a Escola e a Família? Explorando as disputas em torno de uma forma apropriada de leitura

*What Can Anne Frank, Schools, and
Families Do? Exploring Debates on
Appropriate Ways of Reading*

*¿Qué pueden hacer Ana Frank, la
Escuela y la Familia? Incursiones en
disputas sobre una forma adecuada de lectura*

Cavalcanti Falcão, C. O que Podem Anne Frank, a Escola e a
Família? : Explorando as disputas em torno de uma forma
apropriada de leitura. Revista Eco-Pós, 27(2), 208–230.
<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i2.28264>

RESUMO

Neste trabalho propõe-se uma análise do crescente fenômeno de perseguição a livros no Brasil, partindo de casos recentes de suspensão da novela gráfica do *Diário de Anne Frank*, em duas escolas brasileiras. Assumindo que não existe livro fora de uma estrutura social, cultural e econômica, a investigação se constitui como um estudo de caso, voltado para a compreensão de como esse fenômeno interpela a ideia de censura não como a regulação do que pode ou não ser lido, mas desenvolve uma concepção de leitura que seja apropriada para crianças e adolescentes. O trabalho demonstra como ocorrências de banimento, cerceamento e controle em outros países se relacionam com o caso, reverberando, no nível local, as iniciativas do movimento antigênero em escala a global. Também se discute como essa ofensiva tem na família um papel central e cada vez mais inquestionado no controle sobre os livros.

PALAVRAS-CHAVE: *Proibição de Livros; Família; Anne Frank; Escolas; Neoliberalismo.*

ABSTRACT

This work proposes an analysis of the growing phenomenon of book persecution in Brazil, based on recent cases of suspension of the graphic novel *The Diary of Anne Frank*, in two Brazilian schools. Assuming that there is no book outside a social, cultural and economic structure, the investigation constitutes a case study, aimed at understanding how this phenomenon challenges the idea of censorship not as the regulation of what can or cannot be read, but develops a conception of reading that is appropriate for children and adolescents. The work demonstrates how occurrences of banning, restriction and control in other countries are related to the case, reverberating, at the local level, the initiatives of the anti-gender movement on a global scale. It is also discussed how this offensive plays a central and increasingly unquestioned role in the family's control over books.

KEYWORDS: *Book Ban; Family; Anne Frank; Schools; Neoliberalism.*

RESUMEN

Este trabajo propone un análisis del creciente fenómeno de persecución del libro en Brasil, a partir de casos recientes de suspensión de la novela gráfica *El diario de Ana Frank*, en dos escuelas brasileñas. Partiendo del supuesto de que no existe ningún libro fuera de una estructura social, cultural y económica, la investigación constituye un estudio de caso, encaminado a comprender cómo este fenómeno desafía la idea de censura no como la regulación de lo que se puede o no leer, sino que desarrolla una concepción de la lectura apropiada para niños y adolescentes. El trabajo demuestra cómo ocurrencias de prohibiciones, restricciones y controles en otros países se relacionan con el caso, reverberando, a nivel local, las iniciativas del movimiento antigênero a escala global. También se analiza cómo esta ofensiva juega un papel central y cada vez más incuestionable en el control de la familia sobre los libros.

PALABRAS CLAVE: *Prohibición de Libros; Familia; Ana Frank; Escuelas; Neoliberalismo.*

Submetido em 23 de maio de 2024.

Aceito em 28 de agosto de 2024.

Introdução

“Para nós, jovens, é duas vezes mais difícil sustentar nossas opiniões numa época em que os ideais são estilhaçados e destruídos, quando o pior lado da natureza humana predomina” (Frank, 2015)¹. Este trabalho propõe uma aproximação ao fenômeno crescente de perseguição aos livros no Brasil, partindo do caso de suspensão da novela gráfica do *Diário de Anne Frank*, em duas escolas brasileiras (Alvarenga, 2018; Bergamo, 2021). Assumindo que o cerceamento aos livros não só produz um dispositivo de controle sobre sua materialidade (recolher, esconder, retirar de circulação, queimar, etc.), como também formaliza a ideia de que existe uma literatura adequada, interessa explorar os argumentos sobre o que torna um livro apropriado ou não para crianças e adolescentes. Nesse sentido, é fundamental destacar, como Pamela Schutz Nybacka (2011) o faz, que o livro não existe fora de uma estrutura social, cultural e material, fato que faz dele “pontos da história transmitidos por autores, editores, impressores, expedidores, livreiros e leitores, todos informados por influência intelectual, socioeconômica e oficial” (Nybacka, 2011, p. 72). Nessa conjunção de atores que formam o *circuito de comunicação do livro* como postula Robert Darnton (2010), adiciono duas personalidades que, a partir da análise dos casos iniciais (e dos demais que se somaram ao trabalho) assumiram centralidade estratégica: a família e a escola.

Investigação de natureza exploratória, o trabalho se constitui metodologicamente como um estudo de caso centrado na observação do embate de famílias de duas escolas brasileiras contra a adoção da versão gráfica do *Diário de Anne Frank* que inclui passagens em que a personagem divaga sobre o corpo feminino e sobre sexualidade. Apesar de recentes, essas não são as primeiras ocorrências contra o título, uma vez que data de 1983 o primeiro caso registrado, nos Estados Unidos, contra o referido diário (Ashenfelter, 2010). A própria história de como o Diário vai se constituindo como um livro é atravessada por questões sobre sua originalidade e autoria. O que há então no caso das duas escolas que justifica uma análise? Tomo como referência o argumento de Robert Yin (2001) para quem o estudo de caso se propõe a investigar “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente

¹ Anotação de Anne em seu diário no dia 20 de julho de 1944 (Frank, 2015). A última anotação da garota antes de ser capturada é de 01 de agosto de 1944 (o anexo foi descoberto em 05 de agosto do mesmo ano).

quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p. 32). Essa definição me parece especialmente pertinente para a proposta de investigação, porque reconhece a complexidade do processo de controle de livros como fenômeno social e chama atenção para o fato de que um mesmo fenômeno abarca variações diversas em seu interior. O caso de Anne Frank convoca outros casos, não para um processo comparativo, mas que se somam a fim de tensionar o campo da leitura infantojuvenil que, mesmo não sendo oficialmente censurada, se constitui historicamente como um campo atravessado por normatizações, interdições e, no caso analisado, disputas entre institucionalidades.

Também chama atenção o fato de que o livro contestado faz parte de um repertório consolidado na literatura para crianças e adolescentes, sendo considerado um “*símbolo da inocência massacrada pelo Holocausto*” (Berger, 2014). O caso ganha importância, portanto, naquilo que desperta sobre os limites de uma forma apropriada de leitura, que como argumento, precisa menos de um Estado regulador/censor e cada vez mais da chancela quase que exclusiva da família. Ressalto aqui que o campo da literatura infantojuvenil não se constitui sem regras e interdições, no entanto. Como explica Colomer (2017) o silenciamento de certos temas nessa área se dá em nome de uma mitificação da inocência infantil. Ainda segundo a autora, é a partir da década de 1980 que uma ideia de *complexidade da vida* ganhou força na produção da área, que passou a abarcar temas como: (1) a incorporação social da mulher; (2) as novas formas familiares; (3) a crítica a diferentes aspectos do desenvolvimento das sociedades atuais; (4) a constituição de sociedade multicultural; e (5) a necessidade de preservar a memória histórica.

O caso a ser analisado, portanto, diz menos sobre Anne Frank e seu valor dentro do campo da literatura infantojuvenil e mais sobre a disputa que se dá através dos livros e os modos de leitura que emergem daí. Interessa, assim, compreender o que está em funcionamento quando se argumenta sobre o quão apropriado um livro pode ou não ser, que institucionalidades são postas em disputa e como essas interdições reverberam localmente movimentos globais mais amplos. Para isso, o trabalho está dividido em quatro seções. A primeira se inicia com um debate sobre o controle dos livros como um fenômeno que se observa em contextos autoritários e democráticos. O objetivo é demarcar diferenças importantes em como a censura atuava em relação às práticas que se observam atualmente. Na segunda seção, apresento o *Diário de Anne*

Frank em suas diversas interfaces midiáticas, bem como historicizo esse título, que possui suas próprias densidades e contradições no processo de tornar-se um livro. Na terceira seção, demarco o campo principal de disputa pelo (controle) do livro entre a família e a escola, mostrando como a ideia de formas apropriadas de leitura emerge a partir desse confronto. Ressalto como esse antagonismo não é natural, mas sintonizado aos valores neoliberais atribuídos à família. Na última seção, dimensiono o processo de controle dos livros na correlação entre forças globais e locais, discutindo como o discurso antigênero articula diversas temáticas que passam a ser tratadas como uma ameaça à família e suas crianças, impactando diretamente como os livros passam a ser consumidos.

Por fim, é muito importante demarcar como a partir da vigilância sobre temas de sexualidade, outras questões vão se somando à sanha controladora sobre os livros. O que demonstra como no estudo de caso aqui empreendido, longe de isolar o fenômeno, foi preciso conectá-lo a outros, de forma que se complexifique a compreensão sobre o controle dos livros, que não deve ser entendido na chave de uma simples interdição, mas sim como argumentação que sustenta formas apropriadas de leitura.

1 Sobre controlar o livro e a leitura – contradições e tensões para além das dinâmicas autoritárias

Ao descrever a *bookonomy* como o conjunto de dinâmicas próprias de uma economia centrada na polivalência do livro, a pesquisadora sueca Pamela Schutz Nybacka (2011) aponta para a relação entre aspectos culturais e econômicos desse produto, que demonstra o papel, sempre em transformação, da leitura na sociedade. Por isso, é preciso levar em consideração que o livro é um artefato inscrito em práticas de consumo e, conseqüentemente, está atravessado por valores (intelectuais, lúdicos, de distinção etc.) diversos. Como explica a autora, a forma simples e relativamente estável desse material vem acomodando diferentes características ao longo dos séculos: das bíblias de Gutemberg aos “*mais vendidos do New York Times - NYT*”. Assim, o livro não deve ser compreendido como uma entidade fechada ou uma forma singular. “O que é percebido como um livro depende de um intrincado conjunto de significados e relações de práticas e convenções sociais que estão sujeitas a transformações ao longo do tempo” (Nybacka, 2011, p. 174).

O livro é assim, objeto cultural que convoca reflexões complexas, seja sobre a sua materialidade, seu valor cultural ou de mercado, seja pelo debate que instala numa determinada sociedade, ou pelas relações que certos grupos estabelecem com ele. Argumento que é preciso considerar os mecanismos que instituem essas relações, tendo em vista a movimentação política que considera certos livros bem-vindos e outros, uma ameaça. Estou especialmente interessada nas regulações que organizam o último grupo, sobretudo no atual contexto brasileiro. Para além do motivo de certos títulos se tornarem uma ameaça, me interessa pensar em como esse argumento se sustenta e que tipos de embates ele enseja no espaço público. Ou seja, me interessa conhecer o tensionamento em torno do livro para então demarcar o que se disputa através dele.

O Bücherverbrennung (queima de livros) durante o nazismo na Alemanha e o Index da Santa Inquisição são exemplos emblemáticos de como a perseguição aos livros é um fenômeno que atravessa a história. No Brasil a experiência mais recente desse tipo foi a censura durante os anos de ditadura militar (1964-1985). A censura foi um instrumento político de controle que se intensificou à medida que o regime ganhava força. De um modo geral, o aparato estatal de controle e proibição às diversas manifestações (artísticas ou intelectuais) contra o regime foi se fortalecendo sobretudo a partir do Ato Institucional nº5 (AI-5), de 13 de dezembro de em 1968, e da Constituição Federal de 1967². Isso porque, como explica Reimão (2014), com o decreto do AI-5, o governo Federal passara a centralizar toda a estrutura de controle censitário. Em relação aos livros, durante o período do chamado *anos de chumbo*, a autora pontua que uma boa parte do trabalho de censura se baseava na denúncia de leitores, que consideravam uma determinada obra subversiva ou que atentasse à *moral e aos bons costumes*.

A censura prévia dos livros foi regulamentada como política de estado em 1970, pelo Decreto-Lei nº 77, de 23 de novembro de 1966, e continha indicações claras sobre o que poderia ser considerado a subversão da ordem ou um atentado à moral da família. Além disso, criminalizava toda a cadeia produtiva envolvida no livro, de autores a editores e comerciantes que fossem pegos com as obras censuradas. A reação à regulação da censura prévia foi incisiva e gerou uma grande pressão no governo militar, que reviu uma parte de suas postulações

² Ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

censitárias e estabeleceu que estariam isentas de regulação as publicações e exteriorizações filosóficas, científicas, técnicas e didáticas, bem como as que não tratassem de temas como sexo, moralidade pública e bons costumes. Como esclarece Reimão (2014), o recuo do regime militar pode ser compreendido como uma vitória dos movimentos sociais de então, no entanto:

é claro também que os limites para decidir se um texto enfoca ou não, tangencia ou não, temas de moralidade pública, bons costumes ou sexo, são limites bastante móveis e essa mobilidade permitiu que relevantes obras – teóricas, conceituais e ficcionais – fossem alvo de rigorosos atos censórios (Reimão, 2014, p. 78).

O caso da censura durante o regime militar demarca a oposição entre um estado autoritário e a sociedade civil, embate em que de certa forma é fácil perceber os lados envolvidos e suas motivações conflitantes. Mas como pensar o controle sobre os livros a partir de uma correlação de forças em que as linhas demarcatórias entre ímpetos de controle e de resistência não estão postas de maneira tão oficial e burocraticamente claras? O que acontece com o livro (e com a leitura) quando ele ocupa uma preocupação central das famílias, por exemplo? A censura tal qual se conheceu no regime militar foi oficialmente extinta com a promulgação da Constituição de 1988, não havendo instrumentos oficiais de controle desde então. É fundamental reconhecer como a prática de perseguição e controle dos livros não se limita apenas a contextos autoritários e pode ser observada em regimes democráticos, a partir de práticas que se legitimam de formas cada vez mais iliberais. Vê-se crescer as ocorrências de perseguição a certos títulos, culminando algumas vezes com a sua proibição ou mesmo performances em que os livros são *jogados no lixo*, ou queimados. Em alguns casos, é evidente como a força do estado ainda é capaz de controlar (ou ao menos tentar controlar) o fluxo e a disponibilidade dos livros, tanto no que se refere à gestão de materiais didáticos e paradidáticos na rede pública de ensino quanto sua disponibilização no mercado consumidor.

Em 2019, o então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivela, mandou fiscais da prefeitura recolherem os exemplares da *HQ Vingadores: a Cruzada das Crianças*, que traz na capa dois homens se beijando, durante a realização da Bienal do Rio. O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a decisão municipal de proibição e um famoso youtuber comprou todas as edições da *HQ* para que fosse distribuída gratuitamente durante o evento (Falcão, 2021). No ano seguinte, em 2020, o governo do estado de Rondônia ordenou o recolhimento imediato de 42

(quarenta e dois) livros das escolas da rede Estadual, alegando se tratar de material que continha “conteúdos inadequados às crianças e adolescentes” (Saldaña; Della Coletta, 2020). Em novembro de 2023, foi a vez do governo de Santa Catarina divulgar junto às escolas estaduais uma lista com nove obras a serem “armazenadas em local não acessível à comunidade escolar” (Borges, 2023). Nos dois últimos episódios, os governos estaduais voltaram atrás com as medidas restritivas após forte exposição pública.

Os exemplos trazidos mostram como, no atual cenário, forças políticas conservadoras se organizam de maneira a produzirem ações de controle em torno dos livros e sua circulação. Formalmente, não se trata de um mecanismo de censura, mas é inevitável comparar os efeitos dessa proibição, mesmo levando em consideração que o desfecho dos casos reverteu a proibição. Ao mesmo tempo, também se percebe como, a partir de movimentações de regulação dessa natureza, a discussão sobre o que é apropriado para um livro passa a ganhar dada vez mais espaço, especialmente em se tratando de livros voltados para o público infantojuvenil. A proposta para este trabalho se aprofunda ainda mais nessa conturbada dinâmica de antagonismo, focalizando a contenda entre a família e a escola. Estabelecem, através dos livros, uma significativa disputa contemporânea sobre o que pode ou não ser lido/conhecido, sobre a pertinência ou não de certos temas e os modos adequados de leitura. Dessa maneira, sem o ônus (material e simbólico) de acionar um aparato burocrático autoritário de controle como a censura.

2 O diário, o livro e suas versões

Lançado pela primeira vez em 25 de junho de 1947 sob o título de *Het Achterhuis - O quarto anexo*, em holandês - com tiragem de pouco mais de 3.000 (três mil) exemplares, o que hoje se conhece como o *Diário de Anne Frank*, é uma obra de grande vitalidade midiática. Estimativas estabelecem que o título vendeu mais de 30 milhões de cópias, sendo o livro holandês mais traduzido no mundo (70 línguas) (Lehnen, 2022). Outro dado importante diz respeito à força transmidiática da produção, cuja história já foi peça de teatro na *Broadway* nos anos 1950, teve versões em documentários e audiovisual, além de um programa no canal do YouTube *Anne Frank House* com uma série de episódios. Além disso, destaca-se também no mercado editorial uma série de livros que se baseiam nos relatos de Anne, tais como *Recordando Anne Frank: A história contada pela mulher que desafiou o nazismo escondendo a família Frank*,

Miep Gies, que ajudou a família Frank durante o período de isolamento, “*A História da Família de Anne Frank*”, Mirjam Pressler, e *O Anexo - A Incrível História do Garoto Que Amava Anne Frank*, de Sharon Dogar.

O relato da adolescente judia alemã que se escondeu no anexo de um prédio em Amsterdã, de 6 de julho de 1942 a 5 de agosto de 1944, com sua família e amigos para fugir da perseguição nazista pode ser considerado um dos mais famosos acerca da resistência ao Nazismo. Trata-se, portanto, de um exemplar da literatura de testemunho que ganhou força na segunda metade do século XX, quando os horrores dos campos de concentração nazistas começaram a ser mais conhecidos pela perspectiva dos sobreviventes. Nesse sentido, como explica Reiss (2018), a personificação da Shoá por histórias e testemunhos, permite “uma reumanização da vítima (e do perpetrador), promove uma obrigação moral diante do sofrimento humano e transforma os jovens em ‘portadores da chama da memória’” (Reiss, 2018, p. 203). Além disso, segundo o autor, os diários dessa época também são considerados formas legítimas de resistência ao extermínio promovido pelo nazismo.

Enquanto livro, materialidade inscrita em lógicas que ultrapassam a necessidade de preservação da memória, *Diário de Anne Frank* é produto de um trabalho intensivo de revisão, supressão, edição e incorporação. A versão de 1947 é produto de duas intervenções diretas sobre o material escrito. A primeira, feita pela própria Anne ainda em 1944 quando a adolescente ouviu pelo rádio que o governo holandês exilado pretendia transformar todos os registros da época (cartas e diários sobretudo) em documentos históricos tão logo a guerra acabasse. Anne decidiu então omitir o nome de sua família (de Frank passaram a ser chamados de Robin) e adotou o gênero epistolar. Como explica Thais Lancman (2021), as edições feitas por Anne juntam todas as suas anotações numa única história e mostram:

a manifestação do desejo da autora de, futuramente, transformar aquele exercício cotidiano em obra literária. Ainda escondida, ela reviu parte do que havia escrito. A versão enxugada do diário ilumina a habilidade de uma jovem autora, ainda em formação, ciente do olhar crítico necessário diante de um original promissor (Lancman, 2021, s.p.).

A segunda intervenção é feita pelo pai de Anne, Otto Frank, após a morte da garota por febre tifoide no campo de concentração de Bergen-Belsen, em fevereiro de 1945. O que se

conhece como o Diário de Anne Frank é, portanto, produto desse trabalho póstumo. Em prefácio a 47ª edição no Brasil (Frank, 2015), registra-se que o senhor Frank omitiu várias passagens que tratavam da sexualidade da garota e, *por respeito aos mortos*, também suspendeu trechos pouco elogiosos que a menina endereçava à mãe, Edith. “Anne Frank, então com 13 anos quando começou o diário e 15 quando foi forçada a parar, escreveu sem reservas sobre as coisas de que gostava ou não gostava” (Frank, 2015, p. 8).

A terceira versão é fruto de um trabalho que começa a ganhar forma com a morte de Otto Frank em 1980 e a consequente transferência dos direitos sobre os manuscritos à Fundação Anne Frank, situada na Suíça. Apresenta-se com isso uma nova versão para o livro, que passa a incorporar a versão original escrita por Anne (versão a), a versão editada pela menina (versão b) e a versão publicada por Otto (versão c). A compilação da edição ampliada, ou a edição definitiva, ficou a cargo da escritora e tradutora alemã Mirjam Pressler, de forma que a seleção de Otto Frank fosse acrescida de trechos oriundos das versões a e b, de Anne. Com isso, segundo o autor “edição integral de Mirjam Pressler, aprovada pela Fundação Anne Frank, contém cerca de trinta por cento a mais de material e tem a intenção de dar ao leitor uma ideia melhor do mundo de Anne Frank” (Frank, 2015, p. 9).

É possível afirmar, portanto, que a revisão e incorporação de conteúdos é uma parte constitutiva do Diário de Anne Frank enquanto livro que circula em nossa cultura. Cada edição revela, assim, um momento específico que obra a viveu, refletindo também o entendimento de um dado momento sobre como os relatos de resistência à perseguição nazista deveriam ser apresentados ao público. Também é importante destacar que ao longo dos anos surgem vários questionamentos sobre a originalidade do Diário, um processo abastecido por vários movimentos de ultradireita que negam o Holocausto. Os argumentos conspiracionistas incluem desde a teoria de que o Diário foi escrito por Otto Frank, à suposição de que os diários foram escritos de caneta esferográfica (que não existia durante a II Guerra) ao fato de que Anne não morreu aos 14 e sim aos 22 anos (Meinerz, 2023). A resiliência do Diário como memória e obra literária, no entanto, mostra os diversos enfrentamentos que um livro atravessa em sua jornada, ao mesmo tempo em que abre espaço para interrogar sobre as condições mesmas em que pode ser questionado em sua originalidade ou sua pertinência.

3 Afinidades eletivas: Anne Frank e o conflito entre família e escola

Ao discutir as vicissitudes contemporâneas da relação entre parentalidade e escola, Voltolini (2022) sustenta uma pertinente abordagem que, no âmbito deste trabalho, complexifica a discussão sobre o que se disputa através dos livros que são perseguidos/proibidos, especialmente quando os apontamentos são feitos pela família e recaem sobre a escola. Uma vez que se relacionam para compartilharem a tutela sobre a criança/adolescente na sociedade moderna, família e escola se movem num campo em constante tensão, o que reverbera de maneira significativa como o reconhecimento da segunda se dá a partir da primeira. Assim, não mais se relacionando como instituições complementares no papel educação, as duas “viram instituições concorrentes, com acusações e desqualificações mútuas, como se a legitimidade e a identidade de cada uma dependessem agora da redefinição da outra” (Voltolini, 2022, p. 93). No íntimo desse *divórcio*, o autor explica que se encontra a redefinição da configuração da família contemporânea, cada vez mais imbuída de premissas neoliberais acerca de valores como liberdade e individualidade. Nesse paradigma familiar contemporâneo (entendido pelo autor como a *família psicológica*, mas sobre a qual me referirei como a família privada/privatizada ou mesmo família neoliberal), prevalece um ímpeto significativo contra a institucionalidade.

A escola é assim, o alvo recorrente dessa família cada vez mais desejosa de proteger (e controlar) suas crianças. Uma demanda que se se faz ver em enunciados diversos, que abarcam desde o desejo pela realização profissional, pelo sucesso financeiro, pela felicidade, ou em questões como a luta *contra a doutrinação*, a consagração de *valores tradicionais de família* e o combate *à sexualização da infância*. Foi esse último tópico que alimentou a disputa entre uma escola paulista de classe média e as famílias de estudantes do 7º ano, em maio de 2021. No centro do embate está a *Graphic Novel do Diário de Anne Frank*, que continha cenas tidas impróprias, na percepção dessas famílias, para a faixa etária daquelas crianças. Ilustrado por David Polonski e adaptado por Ari Folman, o referido material é uma versão de 2017, que integrou trechos retirados do diário original de Anne Frank (versão a), incluindo o que o jornal inglês *The Guardian* chamou de *piadas sujas* que a garota redigia enquanto se escondia com a sua família da perseguição nazista entre 1941-44. A *Graphic Novel* é, portanto, uma edição lançada ao mercado

para marcar essa adição e que integra a já consolidada trajetória de revisões e acréscimos do título ao longo de sua história.

A versão adotada pela escola paulista para as aulas de inglês era, portanto, não só oficialmente editada pela Fundação como celebrada por várias autoridades, como o diretor dos Instituto Holandês de Estudos sobre a Guerra, o Holocausto e o Genocídio, Frank von Vree, que explicou ao *The Guardian* que a descoberta era uma prova de que, apesar de seus talentos com a escrita, Anne Frank era antes de qualquer coisa, uma garota comum (Guardian, 2018). Segundo matéria do jornal americano *The New York Times*, o pesquisador sênior do Huygen Institute, Peter Brujin (instituição parceira no processo de decodificação das páginas) afirmou que o conteúdo descoberto tem valor não pelo que traz de temática sexual, mas porque mostra uma das primeiras incursões da garota na tentativa de escrever num tom mais literário (Siegal, 2018). Como dito anteriormente, a própria Anne já nutria um interesse em publicar as páginas de seu diário e por isso, fez ajustes na escrita. O temor das famílias brasileiras, no entanto, estava justamente nessa Anne Frank que elaborava sobre mecânica do ato sexual ou nos corpos e seus formatos³. O caso veio à tona em junho de 2021, quando uma carta, que exigia a remoção do título devido ao seu *apelo erótico*, foi enviada à direção da escola e se tornou pública.

Segundo matéria da *Folha de São Paulo* sobre o caso, alguns trechos da carta demonstravam desconforto com os novos segmentos incluídos no livro. Mas é particularmente interessante notar como, na celeuma sobre as divagações da adolescente, fica evidente um tensionamento hierárquico entre família e escola: “A escola não tem o direito de jogar essa leitura no colo deles e nas costas dos pais. Cada família decide como e quando abordar a sexualidade com seus filhos” (Damasceno, 2021, s.p.), disse uma das mães entrevistadas pela matéria. Além disso, segundo a matéria, os signatários da carta solicitavam uma reunião com a direção da escola e a substituição do livro pela versão anterior. Caso semelhante havia acontecido em 2018, na cidade de Vitória, no Espírito Santo (ES), quando um grupo de familiares de estudantes do 7º ano demonstrou insatisfação com o livro. Na matéria publicada pelo *G1*, um dos pais (cuja identidade não foi revelada) falou do desconforto com o acesso da filha ao livro:

³ Numa das passagens, Anne se pergunta sobre a vagina de uma mulher. “[...] esse buraco é tão pequeno que mal consigo imaginar como um homem entra aqui dentro [...] já é difícil enfiar o meu dedo indicador dentro” (Siegal, 2018)

Ela comentou com a gente acerca de penetração, de masturbação, de colocar o dedo na vagina. Coisas que não são para a idade dela. Ela sequer tinha curiosidade de sabe aquelas coisas ainda, mas depois que ela leu, a gente teve que explicar, porque é melhor pai e mãe explicando do que um amiguinho ou uma pessoa mal intencionada (Alvarenga, 2018, s.p).

Dois aspectos merecem atenção no enquadramento dos episódios: (1) a percepção de que as passagens incluídas são um fardo ou algo inapropriado, uma vez que a escola jogou esse problema no *colo dos alunos* e nas *costas dos pais*, ou tornou precoce o interesse pela sexualidade; e (2) a demanda da família que se sobrepõe à competência da escola e como cada família, ou *pai e mãe*, decidem como e quando abordar o problema ou a inconveniência dos temas sexuais, demarcando assim um enfrentamento.

O primeiro eixo demonstra como a sexualidade de Anne Frank parece um inconveniente para as famílias de crianças entre 10 e 11 anos, pois integraria um tema exógeno à literatura destinada a tal faixa etária. Nesse sentido, é interessante ressaltar a definição de literatura infantil de Gregorin Filho (2010), para quem tal gênero deveria ser pensando nos termos de sua manifestação textual. Ou seja, naquilo que “o leitor entra em contato com as personagens, tempo, espaço, entre outros elementos textuais” (Gregorin Filho, 2010, p. 11). Segundo o autor, os temas infantis não diferem dos temas que se apresentam em outros textos não-infantis que circulam na sociedade, como a literatura para adultos ou o jornalismo, uma vez que os valores presentes na literatura para crianças “são valores humanos, construídos através da longa caminhada humana pela história, e não valores que circulam apenas no universo infantil das sociedades contemporâneas” (Gregorin Filho, 2010, p. 11). Essa forma de enquadrar a literatura infantojuvenil ajuda a pensar, portanto, que não há um tema essencialmente impróprio para as crianças, mas dinâmicas políticas, baseadas numa certa concepção de criança e infância, que interdita certos temas em detrimento de outros. Tais dinâmicas autorizam que essas mesmas crianças, em São Paulo ou em Vitória, sejam encorajadas a conhecerem relatos de sobreviventes do Holocausto mas não possam entrar em contato com as dúvidas sexuais de uma jovem de 13 anos que viveu esse drama.

O segundo eixo reverbera o tensionamento entre família e escola que Voltolini (2022) descreveu, chamando atenção para como essa tensão substancia enfrentamentos em que o livro

possui espaço significativo de disputa. Essa situação abre uma brecha importante para pensar as formas de controle sobre o livro, e convoca um olhar mais atento sobre como os mecanismos de tutela se sofisticam. Eles ultrapassam os ditames burocráticos do aparelho do estado e se desdobram nos vários antagonismos que a família neoliberal (e não necessária e primeiramente conservadora ou religiosa, vale ressaltar) convoca. Os casos de São Paulo e Vitória formam uma questão particularmente emblemática porque desafiam o paradigma de certa forma consolidado sobre a necessidade de estudo e compreensão sobre o Holocausto por parte de crianças e adolescentes. No âmbito da literatura infantojuvenil é particularmente importante considerar, conforme elabora Colomer (2017), como a memória da segunda guerra mundial é uma temática persistente. Conforme explica a autora:

O incômodo do colaboracionismo francês, a resistência italiana, os democratas alemães perseguidos e, sobretudo, a perseguição aos judeus constituíram todas as caras de uma mesma intenção de passar a reflexão moral sobre este conflito às jovens gerações por parte de um continente ainda convalescente disso em seu pensamento. Mas também se agrupam nesta tendência outras recuperações da memória histórica, como a voz indígena na colonização do oeste norte-americano na América Ibérica (Colomer, 2017, p. 208).

A família assume um papel relevante dentro do dispositivo de controle do livro na sociedade atual. É importante ressaltar que não é a única a fazê-lo, pois existem várias outros atores ativos nesse processo, como o próprio mercado editorial, ou instâncias do Poder Executivo e Judiciário, por exemplo. A diferença significativa, no entanto, é que sua atuação controladora se dá com pouco ou nenhum constrangimento, uma vez que reverbera a convergência entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo que dispensa à família o papel fundamental como unidade moral e econômica que mantem a ordem capitalista num contexto de desregulação do bem-estar social (Cooper, 2017). A essa família privada/privatizada, cabe uma relação com a institucionalidade (no caso a escolar) cada vez mais versada na lógica econômica do consumo por um lado e cada vez mais centrada em valores morais conservadores, por outro. Nos dois casos as escolas envolvidas substituíram a edição gráfica do diário, mesmo que tivessem insistido na validade do projeto pedagógico que motivou a escolha ou a legitimidade do texto, acreditado pela Fundação Anne Frank.

4 Ressonâncias iliberais globais, políticas interditivas locais

Os acontecimentos descritos se inscrevem numa crescente tendência de banimento de livros, cujo alcance se observa de Norte a Sul Global. São ocorrências que mostram como a perseguição avança significativamente em títulos voltados para ou consumidos pelo público infantojuvenil. Na edição de outubro de 2023 da *Newsletter da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*, o banimento de livros numa perspectiva global foi o tema central abordado, apontando tanto o processo de banimento como um perigo ao trabalho das bibliotecas como as estratégias que algumas dessas organizações pelo mundo adotam para combater tal onda persecutória (IFLA, 2023). Segundo o material, apesar das especificidades e complexidades de cada caso (cinco foram elencados), a tendência se observa tanto em países com vivências democráticas liberais mais consolidadas como a França e/ou Noruega, quanto em contextos mais complexos de experiência colonial, como o Quênia e Tailândia, por exemplo. O caso dos Estados Unidos parece ser, no entanto, o mais eloquente, sobretudo pelo seu alcance e pela forma como o dispositivo de banimento apresenta um foco prioritário em temas sobre raça, gênero, orientação sexual, outras modalidades de família e identidade de gênero (Sabharwa, 2023). Esses temas, é preciso ressaltar, possuem uma grande visibilidade no debate público daquele país e vem se mostrando uma plataforma bastante útil para o crescimento de candidaturas políticas cada vez mais alinhadas à (extrema) direita nacionalista.

A versão gráfica do Diário esteve na mira do grupo de ultradireita Moms for Liberty (Mães pela Liberdade), que alega que os questionamentos de Anne sobre sexualidade seriam inapropriados para as crianças. O resultado foi a retirada dos exemplares das prateleiras de várias bibliotecas locais que servem às escolas públicas da Florida (Walker, 2023). Segundo explica o autor integram a lista de livros a serem banidos mais de 250 (duzentos e cinquenta) títulos, entre eles volumes sobre a vida de ícones da luta pelos direitos civis nos EUA como Martin Luther King e Ruby Bridges e também *A lista de Schindler*. A ação do grupo está fortemente alinhada ao projeto *Don't Say Gay*, apresentado pelo governador Republicano Ron DeSantis. O projeto permite que qualquer pessoa possa “contestar títulos em distritos escolares de todo o estado, se alegar que o material não é ‘apropriado para a idade’” (Walker, 2023, s.p.). Nesse

processo, livros e currículos que apresentavam conteúdos sobre questões LGBTQ, história negra, o Holocausto e a Alemanha nazista foram particularmente visados.

No Brasil, o exemplo mais emblemático (e paralelo) é a formulação oficial do Programa Escola Sem Partido (ESP), projeto de Lei apresentado pelo então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro (PP) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) em 2014. Como explicam Renata Aquino e Fernanda Moura (2022), o texto do ESP contava com oito artigos e sua principal consequência foi a criação da tipificação jurídica *doutrinação*, voltada sobretudo para enquadrar a atuação dos professores no ambiente escolar. A partir daí, várias casas legislativas pelo Brasil tiveram suas próprias versões de projetos de lei do Escola sem Partido. Em fevereiro do mesmo ano, o Deputado Federal Erivelton Santana (PSC-BA) apresentou um Projeto de Lei alterando o 3 art. da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) com o propósito de adaptar a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, de 22 de novembro de 1969). Essa adaptação prevê entre os princípios do ensino, “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (Brasil, 2014, s.p.). Atualmente o projeto ainda tramita no Congresso Federal.

Ao explorar as nuances e efetividades de como a censura aos livros trabalhava em sistemas estatais autoritários, Darnton (2016) explica que o trabalho censor tem uma capacidade de aprender sobre o que controla, inferindo e observando como as obras repercutem junto ao público. Dessa forma, posicionar a censura como mero trabalho grosseiro e burocrático, é entendê-la de maneira equivocada, pois mesmo que varie significativamente em cada contexto histórico, a censura foi (e ainda é) “um processo complexo que demandava talento e treinamento e que irradiava bem fundo na ordem social” (Darnton, 2016, p. 229). Guardada as devidas proporções, o que o autor explica sobre o mecanismo da censura em contextos não-democráticos também ajuda a compreender a eficiência do controle sobre os livros que as famílias (ou os entes em seu nome) executam atualmente. Não é uma questão de apontar o oportunismo que mobiliza a perseguição aos livros ou postular a censura como atividade típica de subjetividades políticas conservadoras e/ou autoritárias. Trata-se, antes, de compreender como os argumentos de perseguição se sustentam e como eles se identificam entre si, mesmo que em latitudes distintas,

visando ampliar as dinâmicas de controle que incidem sobre os livros, mas se dão em vários aspectos da vida social. Tais dinâmicas de controle precisam cada vez menos de um aparato estatal convencional, e mesmo a atuação do Escola sem Partido mostra como é bastante eficiente disponibilizar uma gramática de controle da qual a família pode fazer uso. Isso, vale ressaltar, não só impacta diretamente em aspectos materiais como a disponibilidade dos livros num dado contexto (uma escola ou biblioteca), como também impõem modos de leitura mais ou menos autorizados, centrados cada vez mais na instituição privada familiar.

Por outro lado, é inegável notar como a atual configuração da agenda temática que mobiliza os livros a serem excluídos ou tirados do alcance das crianças e adolescentes reverbera os desígnios do movimento antigênero, “forma politicamente importante de anti-intelectualismo, que combate o pensamento como um perigo para a sociedade”, (Butler, 2024, p. 28). Assumir essa relação é ter em mente que o combate ao gênero é uma investida dotada de grande capacidade de articulação política, capaz de unir posições distintas que têm em comum o gênero como forma fantasmática (Butler, 2024). Assim, a ofensiva contra o gênero e sua *ideologia* assume uma atuação bastante bem-sucedida contra os livros na exata medida em que se propõe a defender a infância de temas *precoces* ou *inconvenientes para a idade* como o sexo (mas não só), ao mesmo tempo em que reafirma o papel da família em detrimento de qualquer outra institucionalidade. Isso significa que outros temas também se tornam visados e passam a ser considerados inapropriados nas páginas dos livros.

Para além da arbitrariedade, a perseguição à Anne Frank no Brasil ou nos EUA mostra que existe uma assunção sobre uma certa *forma de ler* (a história, a literatura, os fatos etc.) que estaria a salvo da perturbação indesejada vinculada à ideologia de gênero. Nesse sentido, essa forma estaria precisamente resguardada dentro da/pela organização familiar. As indagações sexuais de Frank que passaram a integrar as páginas da novela gráfica perturbam, assim, o repertório sobre o holocausto que essas famílias, cada vez mais vigilantes sobre a escola, julgam ser apropriado para suas crianças. Há um padrão na concepção dessa forma de leitura, que também pode ser observado em torno de repertórios tão diversos como o racismo e o agronegócio, por exemplo. No primeiro caso, há o banimento, em escolas dos estados do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR) e Goiás (GO), do livro *O avesso da pele*, Jeferson Tenório, que teve

como principal acusação o fato de que o título trazia diálogos com palavrões e cenas de sexo consideradas impróprias para adolescentes (Carneiro, 2024). É importante ressaltar que o livro, além de fazer parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), para estudantes do Ensino Médio (entre 15 e 17 anos), também foi vencedor do prêmio Jabuti de 2021. No segundo, destaca-se o caso do *Mães do Agro*, um movimento de mães interessadas em rever o conteúdo que os livros didáticos oferecem sobre o agronegócio. O grupo ganhou força durante o governo Bolsonaro, sendo recebido pelo então Ministro da Educação (MEC), Milton Ribeiro, em 2021 para pedir uma visão mais positiva sobre o setor nos livros escolares (Ferreira; Góes; Duarte, 2021). Atualmente, mantém o projeto “De olho no Material Escolar”, que visa contribuir para “uma educação positiva e atualizada sobre o agro, com base em conteúdos científicos e que gere perspectivas positivas para os estudantes” (De olho no material escolar, 2022).

Modos desautorizados de leitura sustentam mais do que família controladoras, livros escondidos ou novas formas de ver as atividades econômicas extrativistas. Eles legitimam uma instância de autoridade e controle que, muito embora impacte diretamente a cadeia produtiva do livro (seja ele literário ou didático), ultrapassa-a significativamente. Como explica Butler (2024), essas forças possuem uma capacidade de mobilização em favor “não apenas de causas ultraconservadoras, mas de figuras autoritárias que surfam na onda das tendências neofascistas na sociedade e na política contemporâneas” (Butler, 2024, p. 28). Não se deve esquecer, por exemplo, quando o então candidato Jair Bolsonaro (à época, no PSL), em entrevista em agosto de 2018 ao *Jornal Nacional*, levou para a bancada do programa um exemplar do livro *Aparelho sexual & cia*, como prova do Kit Gay que, segundo ele, o governo Dilma Rousseff havia implementado (Colleta, 2018). O então candidato estava se referindo ao Programa Escola sem Homofobia, programa desenvolvido pelo MEC em 2011 com foco na prevenção de discriminação por questões de gênero e sexualidade. A ofensiva do candidato foi tão bem-sucedida que a Agência Pública cunhou sua vitória naquele ano como *A eleição do Kit Gay*, uma vez que o termo rendeu à família Bolsonaro e seus apoiadores uma visibilidade digital significativamente maior do que a do seu então adversário, Fernando Haddad (PT) (Policarpo; Fonseca; Lara; Hauber, 2018). É impossível não considerar como a família que deseja uma escola sem partido, que defende o

direito de decidir o melhor momento de falar sobre sexo com seus filhos (e que palavras eles devem ou não ler), ou como as mães que lutam pela liberdade ou pelo agro, encontram nessa correlação de forças um sentido para a tarefa de procurar, encontrar e banir livros impróprios para seus filhos, reivindicando assim uma forma própria e apropriada de leitura, mas curiosa e tristemente, com cada vez menos livros.

Considerações Finais

Nesse trabalho, argumentamos como a crescente onda de perseguição aos livros no Brasil reverbera dinâmicas globais mas expõe sobretudo o papel da família no zelo para com uma certa concepção de infância/adolescência. Esta tutela toma como premissa uma ideia de infância e de adolescência indefesas, o que substancializa o argumento de uma *forma apropriada* de ler a literatura, o mundo e os fatos. Por outro lado, esse jeito de ler precisa de um trabalho constante de atenção sobre os livros, que se torna objeto da decisão familiar mais do que produto de um currículo. É curioso notar como esse processo entra em rota de colisão direta com a expansão das temáticas que a literatura infanto juvenil começou a experimentar já a partir dos anos 1980, como mostrou Colomer (2017). A autora explica que os novos temas incorporados à literatura para crianças e adolescentes formavam um “convite ao leitor para que considerasse o conflito como uma parte inevitável da própria vida” (Colomer, 2017, p. 193). Nesse sentido, ressalta como, pelo caminho da leitura, não se pensam os temas como inadequados ou inapropriados, mas dentro de uma perspectiva que reforça o tensionamento, a polêmica (frente a uma miríade de instituições, incluindo a familiar) desses temas no trajeto desses sujeitos em formação. A disputa empreendida pela família como última palavra sobre o que crianças e adolescentes podem ler demarca uma forma de controle que é autoritário, mas que se consolida dentro de uma estrutura democrática.

O caso de Anne Frank mostra como os livros se encontram no centro do antagonismo entre escola e família, o que produz *formas apropriadas de leitura* de um lado e formas acusadas de ideológicas, corrompidas e doutrinárias, de outro. A contestação das famílias, nesses casos, mostra como a memória de Anne Frank, consolidada em meio ao repertório de narrativas que tratam do Holocausto, não escapa às dinâmicas de interdição dos livros. De modo geral, os efeitos desta disputa em torno das formas apropriadas de leitura são variados e se observam sobretudo

na delimitação do que a censura é ou pode vir a ser em contextos democráticos como o brasileiro. Essas formas apropriadas de leitura funcionam de certa forma como higienizadores de qualquer tema, abalizando, no debate público, premissas privadas que se formam no seio familiar. Ao longo do trabalho, argumentei como esse processo se inscreve nas práticas do discurso antigênero, que formula um radar de alerta acerca de temas inapropriados, que cobrem desde questões de sexualidade ao racismo e as questões ambientais, por exemplo. Em latitudes geopolíticas distintas a perseguição aos livros vai aglutinando listas cada vez maiores de livros tidos como impróprios, a serem tirados de circulação como ameaças. Cabe, numa análise de longo prazo, acompanhar o impacto dessa perseguição familiar sobre a distribuição de títulos e sua adoção nos currículos escolares.

Outro ponto importante a ser ressaltado é o pouco constrangimento por parte da família em negar o acesso aos livros ou de questionar a jurisdição da escola em propor os títulos a serem lidos. Há, nesse sentido, uma suposta competência em saber a hora certa em que certos conteúdos passam a ser tratados pelos seus filhos. O posicionamento das família sobre o diário gráfico de Anne Frank mostra precisamente essa premissa: é a família que sabe a hora certa de apresentar a temática da sexualidade, não cabendo à escola essa decisão. Retomando o argumento de Voltolini (2022) sobre o divórcio entre família e escola, o autor argumenta como o medo extremo e desproporcional em relação à doutrinação nas escolas deveria convocar uma atenção também sobre os arranjos familiares. “[...] não deveríamos contrapor a mesma atenção às possibilidades de doutrinação na família? [...] Seria necessário propor uma família sem partido?” (Voltolini, 2022, p. 101). A provocação fertiliza questões que merecem reflexão, uma vez que considera o fortalecimento institucional da família num contexto de crescente vulnerabilidade neoliberal e sugere a multiplicação dos campos de atuação desse ente, incluindo aí o acesso aos livros. É preciso, portanto, acompanhar como os fluxos sobre os livros (quais permanecem, quais são retirados e quantos serão adaptados aos ditames da família) se constituem sob esse controle familiar. Diferentemente da censura, que contava com um aparato estatal burocrático fácil de identificar, e conseqüentemente de contestar, o controle sobre os livros que é feito pela (ou em nome da) família impõe, no fim das contas, uma autoridade difusa

sobre quem vai dar a última palavra sobre o assunto, seja ele o Holocausto ou as questões sexuais de uma menina de 13 anos.

Referências

ALVARENGA, Poliana. Versão em quadrinhos de O Diário de Anne Frank causa polêmica em escola de Vitória. *G1*. Publicado em 29 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/versao-em-quadrinhos-de-o-diario-de-anne-frank-causa-polemica-em-escola-de-vitoria.ghtml> Acesso em: 15 fev. 2024

ASHENFELTER, Morgan. Anne Frank's Diary Too Explicit for School. *The Nation*, 10 fev. 2010. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/anne-franks-diary-too-explicit-school/#:~:text=%22The%20Diary%20of%20Anne%20Frank%22%20has%20had%20six%20challenges%20against,reasons%20to%20ban%20a%20book.%22> Acesso em: 15 fev. 2024.

BERGAMO, Mônica. Pais de escola particular em SP veem erotização de Anne Frank em livro usado em aula de inglês. *Folha de S. Paulo*, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/06/pais-de-escola-particular-em-sp-veem-erotizacao-de-anne-frank-em-livro-usado-em-aula-de-ingles.shtml> Acesso em: 15 fev. 2024.

BERGER, Joseph. Recalling Anne Frank, as Icon and Human Being. *The New York Times*, 4 nov. 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/11/05/nyregion/recalling-anne-frank-as-icon-and-human-being.html> Acesso em: 20 fev. 2024.

BORGES, Caroline. Governo manda retirar livros de circulação em SC e 'armazenar em local não acessível' à comunidade escolar; entenda. *G1*, 09 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/11/09/governo-manda-retirar-livros-de-circulacao-em-sc-e-armazenar-em-local-nao-acessivel-a-comunidade-escolar-entenda.ghtml> Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais. O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm.

BRASIL. Constituição Federal de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 77, de 23 de novembro de 1966. Acrescenta alínea à Lei nº 4.476, de 12 de novembro de 1964, que estabelece a precedência funcional entre Oficiais Gerais dos postos de Almirante-de-Esquadra, General-de-Exército e Tenente-Brigadeiro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-77-23-novembro-1966-375944-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Acrescenta%20al%C3%ADnea%20%C3%A0%20Lei%20n,%2DEx%C3%A9rcito%20e%20Tenente%2DBrigadeiro.>

BRASIL. *Projeto de Lei nº 7.180, de 24 de fevereiro de 2014*. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722> Acesso em: 12 abr. 2024.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CARNEIRO, Mariana. Após censura, vendas de 'O Averso da Pele' crescem mais de 6.000%. *Revista Veja*, São Paulo, 15 mar 2024. Disponível em: <https://abrir.link/RKIFT> Acesso: 20 mar 2024.

COLETTA, Ricardo DELLA. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no 'Jornal Nacional'. *El País*, São Paulo, 29 ago. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535534033_257224.html Acesso em: 1 fev. 2024.

COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017.

COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

DAMASCENO, Victoria. Colégio de SP oferece alternativa a livro de Anne Frank criticado por pais. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/colégio-de-sp-oferece-alternativa-a-livro-de-anne-frank-criticado-por-pais.shtml>.

DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR. De olho no material escolar. Disponível em: <https://deolhonomaterialescolar.com.br/> Acesso em: mar. 2024.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: presente, passado e futuro*. Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FALCÃO, Carolina. Entre o Fim do Mundo e o Amanhã: imaginação política antagonista no mercado editorial brasileiro após 2018. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, [S. l.], v. 20, n. 42, 2021. DOI: 10.5902/2175497744515. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/44515> Acesso em: 23 fev. 2024.

FERREIRA, Paula; GÓES, Bruno; DUARTE, Melissa. Grupo 'Mães do Agro' vai ao MEC pedir visão mais positiva do setor nos livros escolares. *O Globo*, 08 out. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/grupo-maes-do-agro-vai-ao-mec-pedir-visao-mais-positiva-do-setor-nos-livros-escolares-25208550> Acesso em: 12 abr. 2024.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. *Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores*. São Paulo: Melhoramentos, 2010.

IFLA Section Library for Children and Young Adults. SPECIAL ISSUE: International Views on Banned Books. *IFLA Newsletter*. Haia, outubro de 2023. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/newsletters/> Acesso em: 20 fev. 2024.

LANCMAN, Thais. Versão da editora. *Quatrocinco*, 1 out. 2021. Edição #50. Disponível em: <https://quatrocinco.com.br/resenhas/historia/versao-da-editora/> Acesso em: 20 fev. 2024.

LEHNEN, Christine. Há 75 anos era publicado o diário de Anne Frank. *DW Brasil*, 25 jun. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/há-75-anos-era-publicado-o-diário-de-anne-frank/a-57769359> Acesso em: 20 fev. 2024.

NYBACKA, Pamela Schultz. *Bookonomy: The Consumption Practice and Value of Book Reading*. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Estocolmo, Estocolmo, 2011.

POLICARPO, Alexandre; FONSECA, Bruno; LARA, Eliziane; HAUBER, Gabriella. A eleição do “kit gay”. *Agência Pública*, 17 out. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/>. Acesso em: 03 jan. 2024

REIMÃO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 80, p. 75–90, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79684> Acesso em: 20 fev. 2024.

REISS, Carlos. *Luz sobre o caos: educação e memória do holocausto*. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2018.

SALDAÑA, Paulo; COLETTA, Ricardo Della. Governo de RO manda recolher 'Macunaíma' e mais 42 livros e depois recua. *Folha de S. Paulo*, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/governo-de-ro-manda-recolher-macunaíma-e-mais-42-livros-e-depois-recua.shtml> Acesso em: 12 mar. 2024.

SABHARWAL, Arjun. Un-Banning Books, Perspectives, Identities, and Knowledge. IN: *IFLA Section Library for Children and Young Adults. SPECIAL ISSUE: International Views on Banned Books*. IFLA Newsletter. Haia, outubro de 2023. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/newsletters/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VOLTOLINI, Rinaldo. *Amar ou armar as crianças? Vicissitudes contemporâneas da relação parentalidade/escolaridade*. IN: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. Laço. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Carolina Falcão - Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Professora adjunta do Departamento de Ciências do Consumo (UFRPE). Doutora em Comunicação (UFPE). SUSI Fellow 2022 - Institute of Religious Pluralization, Seattle University,
E-mail: carolina.falcao@ufrpe.br